

VI Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo

Metodologia da Reportagem Investigativa: Reflexões Pedagógicas

Samuel Lima¹

Clarissa Levy²

RESUMO

O objetivo geral do artigo é refletir e descrever uma experiência pedagógica de investigação jornalística, que transcendeu os limites da sala de aula e ganhou espaço em veículos de expressão nacional (uma reportagem na CartaCapital e mais três no The Intercept Brasil). A série “centro de reabilitação para dependentes químicos”, as chamadas comunidades terapêuticas, que se apresentam na prática como espaços de constante violação de direitos humanos financiados pelo Estado. Parte-se do seguinte problema de pesquisa: quais os caminhos pedagógicos para o ensino da metodologia da reportagem investigativa, no âmbito da formação superior dos e das jornalistas? Nesse sentido, fazemos uma revisão da literatura disponível, selecionando obras assinadas por profissionais de notável saber na área, como Arbex (2012), Alberti (2012), Nunes (2011), Toledo (2011), Fortes (2007), Burgh (2008), Vasconcelos (2008), Nascimento (2010) e Salamanca e.a. (2018).

Palavras-chave: Jornalismo investigativo; ensino; metodologia da reportagem investigativa.

ABSTRACT

The general objective of the article is to reflect and describe a pedagogical experience of journalistic investigation, which transcended the limits of the classroom and gained space in vehicles of national expression (a report in CartaCapital and three more in The Intercept Brazil). The series investigates so-called "rehabilitation center for chemical dependents," which are in practice state-funded places where the therapeutic method disrespect human rights constantly. The following research problem emerges: what are the pedagogical ways of teaching investigative reporting methodology in the field of higher education for journalists? In this sense, we review the available literature, selecting works signed by professionals of outstanding knowledge in the area, such as Arbex (2012), Alberti (2012), Nunes (2011), Toledo (2011), Fortes (2007), Vasconcelos (2008), Nascimento (2010) and Salamanca et alli (2018).

Keywords: Investigative Journalism; teaching; investigative reporting methodology.

¹ Jornalista, professor do Departamento de Jornalismo da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. É pesquisador do objETHOS.

² Estudante de Jornalismo da UFSC. Coautora das reportagens sobre comunidades terapêuticas, publicadas na CartaCapital e no The Intercept Brasil.

1. Introdução

Uma série de reportagens publicadas pelo jornal Tribuna de Minas, em 2008, levou a hoje reconhecida repórter investigativa Daniela Arbex, a ganhar o Prêmio IPYS de Melhor Investigação Jornalística da América Latina, edição 2009. A série “Caso Koji” conta a história de Vicente de Paula Oliveira, o vereador “Vicentão”, presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG), dono da construtora Koji, que montara uma rede de corrupção junto ao poder público municipal. Ao justificar seu voto nesta reportagem, o peruano Ricardo Uceda, um dos grandes jornalistas investigativos da América Latina, escreveu: “Foi um caso excepcional de jornalismo investigativo, sustentado por pura persistência, descobrindo fato após fato sem o auxílio de informações vazadas pela polícia, pelo Ministério Público ou por terceiros” (ARBEX, 2012, p. 170).

Alguns anos depois, Daniela Arbex retomaria esse episódio, num Seminário Internacional sobre pesquisa e investigação jornalística, realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC):

Ricardo Uceda tocou no ponto que queríamos chegar: a metodologia da investigação jornalística. Preciso confessar que mesmo depois de mais de 700 matérias publicadas, mais da metade delas manchete do jornal, nunca havia pensado no processo de investigação dessa forma. Para ser bem honesta, até o 2º Seminário Brasil-Argentina, em Florianópolis, realizado no primeiro semestre de 2012, não havia refletido sobre a prática da investigação. O fato é investigávamos, sim, com qualidade, mas de maneira empírica, sem que percebêssemos que tínhamos desenvolvido, pela experiência, na tentativa e no erro, um método de trabalho eficiente para a descoberta de fatos desconhecidos pela maioria da população” (ARBEX, 2012, p. 170).

O presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: quais os caminhos pedagógicos para o ensino da metodologia da reportagem investigativa, no âmbito da formação superior dos e das jornalistas?

De algum modo, em dois momentos distintos (2011 a 2013) e, a partir de 2017 (2018 e 2019), realizamos uma experiência pedagógica na disciplina denominada “Jornalismo Investigativo” (4 créditos, 72h/aula), ofertada como optativa aos estudantes do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Do ponto de vista programático, a metodologia da reportagem investigativa compõe uma das unidades centrais. A prática pedagógica parte da literatura disponível e agrega um sistema de palestras (online e presencial), leitura de obras de repórteres investigativos/as, exibição de filmes, cuja temática está centrada nos aspectos teórico-metodológicos da reportagem investigativa, naquilo que esse gênero jornalístico se diferencia dos demais.

O objetivo geral do artigo é refletir e descrever sobre essa experiência pedagógica, considerando como base empírica uma série de reportagens publicadas em veículos de expressão nacional (CartaCapital e o site jornalístico The Intercept Brasil). A série investiga as chamadas comunidades terapêuticas, que se apresentam na prática como clínicas privadas financiadas pelo Estado onde a violação de direitos humanos é constante.

No caso da Construtora Koji, investigada por Daniela Arbex e equipe de repórteres do jornal Tribuna de Minas (Juiz de Fora/MG), em 2008, a metodologia de investigação jornalística é descrita e comentada por Arbex (2012). A pauta surgiu de uma conversa da jornalista com um taxista: “Veja que até vereador tem construtora por aqui, a Koji” (ARBEX, 2012, p. 171).

De modo geral, a partir dessa informação genérica, o método de apuração seguiu alguns passos: **1º) Uma rápida pesquisa no Google** levou a repórter ao site da Prefeitura da cidade – Atos de Governo, licitações; **2º) Buscas mais refinadas**, revelaram que a construtora havia ganho licitações junto a todas as secretarias, entre 2005 a 2008 (gestão de presidente do vereador); **3º) Constatada a existência da Koji, o passo seguinte foi levantar, na Junta Comercial de Minas Gerais**, o nome dos sócios e o capital social; no Ministério do Trabalho, outra revelação: os sócios eram “laranjas”; **4º) Faltava provar que havia um “elo”** entre Vicentão e a empresa; **5º) Pesquisa na Justiça do Trabalho**, num processo movido contra o vereador, revelou o nome de Juliana Moreira Corrêa (preposta), secretária da presidência da Câmara e secretária-executiva da Koji. O nexos se comprovava; **6º) A última etapa do caminho foi analisar os processos de licitação** (fraudes). O vereador mantinha uma ONG paga com recurso público (ARBEX, 2012).

Nesta breve experiência pedagógica, a ênfase da disciplina reflete os diferentes tipos de técnicas e práticas investigativas, que possam indicar alguns caminhos epistemológicos sobre o nosso objetivo de ensino, qual seja o jornalismo investigativo, fortemente centrado nesta reflexão crítica e ancorado num objetivo final claro: realizar, durante o prazo do semestre a prática de uma reportagem investigativa (individual ou em dupla, admitindo-se até três estudantes na equipe, conforme a justificativa de pauta).

Nesse sentido, fazemos uma revisão da literatura disponível, selecionando obras assinadas por profissionais de notável saber na área, como Arbex (2012), Alberti (2012), Nunes (2011), Toledo (2011), Fortes (2007), Burgh (2008), Vasconcelos (2008), Nascimento (2010) e Salamanca e.a. (2018).

2. Metodologia da Reportagem Investigativa: Reflexões Teóricas

A reportagem investigativa sobre as comunidades terapêuticas nasceu em sala de aula, no 1º semestre de 2017, como pauta de três alunas (entre elas, a coautora deste artigo, Clarissa Levy) que começaram a investigação jornalística na região da Grande Florianópolis. Os primeiros passos foram dados na internet: orçamento público das prefeituras da região e pré-apuração em campo para mapear o número de centros em funcionamento e seus proprietários. Havia denúncia de maus-tratos, torturas e uso de terapias condenadas pelo SUS e Organização Mundial de Saúde. A questão de fundo era saber se o Estado estava financiando tais organizações.

A pauta foi aprovada no I Edital de Jornalismo Investigativo do Fundo Brasil (no 2º semestre de 2017) e após um ano de apuração nacional, já foram publicados quatro reportagens: a) na revista CartaCapital (24/12/2018) - “Clínica de dependentes usa internos para fabricar e lucrar com bebida” (<https://bit.ly/2Ah718z>), assinada por Clarissa Levy, Thaís Araújo e Thaís Ferraz; e outras três reportagens veiculadas no The Intercept Brasil – 1) ‘Nem cadeia tem isso’ (<https://bit.ly/2VPEyir>), assinada por Clarissa Levy e Thaís Ferraz (10/03/2019); 2) “Quem ganha com a nova lei de drogas não são os dependentes químicos - são os donos de clínicas” (<https://bit.ly/2WWWPLb>), assinada por Clarissa Levy e Thaís Ferraz (17/05/2019) e, 3) “A vida dos internos em comunidades terapêuticas é pular de inferno em inferno” (<https://bit.ly/2XX24vC>), assinada por Clarissa Levy (31/05/2019).

Este conjunto de reportagens, em formato multimídia, tem como objetivo central expor e denunciar as violações de direitos humanos praticadas em Centros de Reabilitação para dependentes químicos ao redor do Brasil. Esta experiência se nos oferece um bom material empírico para a reflexão da metodologia da reportagem investigativa. É justamente essa base de dados empírica que mobilizamos para o presente artigo.

Tal necessidade de reflexão metodológica, com base no conhecimento empírico da investigação jornalística, já havia sido apontada nos Seminários Brasil-Argentina de Pesquisa e Investigação em Jornalismo, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC), em 2011 e 2012, com apoio da Abraji. Um terceiro seminário da série ainda seria organizado pela Universidad Nacional de Rio Negro (2015), em Viedma, Argentina.

A consagrada jornalista investigativa Angelina Nunes foi uma das primeiras interlocutoras com quem discutimos a questão da metodologia da reportagem investigativa, em junho de 2011, por ocasião do 1º Seminário Brasil-Argentina de Pesquisa e Investigação em

Jornalismo, na UFSC. Refletindo sobre a premiada série “Os homens de bens da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro”, apontou Nunes (2011):

A execução de uma série especial de matérias requer tempo, dinheiro e especialização. Dito de outra forma: requer planejamento, organização, distribuição de tarefas e uma equipe. É nesse ponto que, em algumas redações, o caldo entorna. Aquela imagem idealizada do jornalista solitário, que fica enfiado num local cheio de papéis, trabalhando sozinho mudou nos últimos tempos. Principalmente para quem lida com a administração pública. Para atuar nessa área é necessária especialização e hoje, pela complexidade das fraudes, é fundamental trabalhar em equipe (NUNES, 2011, p. 29-30).

Especialização e conhecimento prévio exigem um nível diferenciado de pré-apuração, como uma espécie de “pesquisa exploratória” para a tomada de decisão sobre os procedimentos metodológicos a serem usados na investigação jornalística. No caso que estamos examinando, as autoras fizeram extensa pesquisa sobre o objeto (comunidades terapêuticas), numa mirada nacional, levantando dados quantitativos e avaliações qualitativas de especialistas e pesquisadores na área de saúde mental, críticos à proposta ora encampada pelo atual governo federal.

O jornalista James Alberti, um dos líderes da equipe vencedora do Prêmio Esso de Jornalismo (2010), com a série “Diários secretos” (da Assembleia Legislativa do Paraná), acrescenta algo que parece óbvio de tão fundamental: a base documental (diários oficiais, neste caso) como matéria-prima para a meticulosa montagem de uma planilha de Excel que iria revelar uma fraude monumental, no Paraná, com recursos públicos: a nomeação de “funcionários fantasmas” em gabinetes de deputados estaduais (ALBERTI, 2012). A metodologia da reportagem passou, sobremaneira, pelo tratamento e classificação das informações oficiais, para só depois a equipe avançar e aprofundar as investigações. Alberti relata:

Para compreender o que acontecia na Assembleia do Paraná era fundamental entender o que revelavam os Diários Oficiais. E para conseguir analisar as informações elaboramos um banco de dados, uma tabela do Excel. A planilha receberia de modo irregular e atemporal todos os atos de movimentação de servidores da Assembleia registrados nos diários entre os anos de 1998 e 2008. Observada agora, essa tabela revela a história de uma década de exercício assistemático de atos irregulares. Como os Diários Oficiais, além de secretos não eram exatamente claros e organizados, dedicamos boa parte do nosso tempo tentando entendê-los. Por isso nossa tabela foi revisada inúmeras vezes. Novos campos de informação foram digitados. Ao terminarmos o trabalho, em 2010, a planilha tinha 19 mil linhas. Hoje (2011) tem 230 mil (ALBERTI, 2012, p. 184, com grifo nosso).

Uma década após, o uso de planilhas para a produção de informação jornalística, a partir de base de dados públicas ou privadas, é condição *sine qua non* das técnicas mais refinadas do

Jornalismo Guiado por Dados (JGD), até mais recentemente conhecida como Reportagem Assistida por Computador (RAC).

O uso de técnicas e procedimentos de apuração “heterodoxas” estão nas origens do jornalismo investigativo. Nascimento (2010) lembra dois casos clássicos: o primeiro, em setembro de 1690, o jornalista Benjamim Harris publica uma denúncia de violência praticada por índios estadunidenses contra franceses e britânicos; o segundo, é o trabalho do lendário repórter investigativo inglês, W. T. Stead, que em sua reportagem mais reconhecida, cujo objetivo era denunciar a prostituição e tráfico de menores, chegou a comprar uma menina de 13 anos como prova de sua investigação. Acabou preso, mas sua denúncia mudou o status do jornalismo investigativo naquele país, repercutindo nas políticas públicas.

Contudo, é no começo do século XX – a chamada “idade do ouro” do jornalismo investigativo, nos Estados Unidos – que o potencial transformador do jornalismo investigativo aparece, historicamente. O pesquisador inglês Hugo de Burgh resgata um desses pioneiros, o jornalista e escritor Upton Sinclair, que publicou o romance de não-ficção “The Jungle” (A selva), em 1906, sobre o processo de industrialização dos alimentos: “Para fazer a pesquisa para o romance, Sinclair se disfarçou, usando uma técnica característica do jornalismo investigativo, e viveu clandestinamente para obter informações estatísticas e factuais sobre o assunto” (BURGH, 2008, p. 90).

Com efeito, a literatura sobre o jornalismo investigativo se nos apresenta uma série de procedimentos e técnicas de apuração que compõem, de algum modo, esse escopo mais amplo da metodologia da reportagem investigativa. O uso do disfarce, infiltração, infiltração com disfarce, campana, equipamentos ocultos (câmeras, gravadores áudio miniaturizados), por exemplo, convivem com a tradicional pesquisa documental e construção de relação aberta e direta com as fontes primárias (especialmente em investigações de longo prazo).

Não há um caminho, tampouco receita de manual para definir quais os procedimentos metodológicos mais adequados a uma dada pauta investigativa, a ser executada com determinados recursos e em contextos sempre muito específicos (riscos, constrangimentos etc.). Daí a importância de refletir e sistematizar esse repertório de possibilidades que o conhecimento empírico da profissão nos legou, porque cada pauta específica pode pedir técnicas de investigação jornalística distintos, inovadores ou um *mix* de procedimentos metodológicos reconhecidos.

Por fim, nestes tempos de conluio entre fontes (que representam entes de Estado, no caso da Operação Lava-Jato), é sempre bom e aconselhável refletir sobre a pertinência e

atualidade da observação do jornalista Frederico Vasconcelos, especializado em investigar o Poder Judiciário:

O repórter deve manter saudável distanciamento das fontes. Mesmo que os interesses sejam legítimos, a fonte original não deve exercer influência no processo de apuração e nas conclusões da reportagem. O jornalista não pode depender de uma única fonte. Mesmo confiando plenamente no seu informante, é saudável ouvir a opinião de outras pessoas de confiança. Se possível, obter avaliação neutra sem citar as partes envolvidas (VASCONCELOS, 2008, p. 147-148).

Esse apontamento do autor vai aparecer, de forma absoluta, no processo de apuração das comunidades terapêuticas, como iremos relatar mais adiante. A mirada de Vasconcelos (2008) está em plena sintonia com outra boa síntese, consolidada por Salamanca e.a (2018), no sentido de evitar fontes únicas e mapear o começo do processo de investigação jornalística, da maneira mais ampla possível. Argumentam os autores:

En consideración de esta práctica, la matriz presenta cuatro bloques: 1. Qué fuentes documentales existen y están disponibles para explorar; 2. Qué fuentes orales pueden ayudar a entender y a contrastar la información oficial y pública; 3. Qué fuentes digitales pueden ser útiles en la investigación; 4. Qué fuentes oficiales deben ser consultadas (SALAMANCA e.a., 2018, p. 29).

Os autores fazem oportuna e importante ressalva para justificar tais procedimentos de partida (uma espécie de pré-apuração da reportagem investigativa), a saber:

¿Por qué tanta separación en la información a buscar? Esta organización no es casual, sino que responde a prevenir de manera expresa una de las prácticas más arraigadas entre los periodistas: la de ‘salir corriendo’ en busca de la fuente oficial para reportear una noticia, y como consecuencia de la información obtenida, terminar cayendo en el unifuentismo (SALAMANCA e.a., 2018, p. 29).

Os passos seguintes da investigação jornalística não estão dados a priori, mas podem ser indicados a partir desse mapeamento de fontes e dos procedimentos de pré-apuração que os/as jornalistas julgarem indispensáveis à pauta. Na pauta que discutiremos a seguir, o caminho da máxima “especialização” possível no tema (comunidades terapêuticas”, numa mirada nacional, se revelou condição essencial à imersão exigida pelo tema.

3. Comunidades Terapêuticas: Aspectos Metodológicos da Apuração

Durante a disciplina surgiram alguns projetos de investigação a longo prazo, que transcendiam o semestre letivo (2017/1). Depois de semanas de aulas discutindo sobre os processos de apuração de grandes reportagens investigativas como “Chico Mendes: Crime e Castigo” (Zuenir Ventura), “Abusado” (Caco Barcellos), “Os últimos soldados da Guerra Fria” (Fernando Morais), “Gomorra” (Roberto Saviano) e “Holocausto Brasileiro” (Daniela Arbex), os/as estudantes estavam inspirados em mergulhar em pesquisas profundas e fazer dezenas de

entrevistas. O clima geral da turma era de empolgação para produzir reportagens minuciosas, de fôlego e relevância social.

Foi neste contexto que nasceu a ideia de investigar violações de direitos humanos em Comunidades Terapêuticas – clínicas privadas que oferecem tratamento em regime de internação para usuários de drogas. Conversando com pessoas em situação de rua e advogadas populares, uma aluna captou relatos de desrespeito à liberdade de credo, restrição do direito de ir e vir, violências físicas e psicológicas ocorridas dentro de Comunidades Terapêuticas que funcionavam na grande Florianópolis.

Trouxe a ideia de pauta para aula e, após o diálogo com a turma, a estudante resolveu mergulhar na apuração. Ponderou que a história valia a pena de ser apurada, mesmo que as Comunidades fossem instituições pouquíssimo receptivas a visitantes, e geograficamente isoladas. Havia denúncias de favores políticos e transferências de verbas irregulares para essas entidades. E, a cada entrevista da pré-apuração, se empilhavam relatos de graves violações de direitos humanos. Foi assim que, a partir de denúncias, começamos a investigação que acabou se entendendo por quase dois anos.

Ao longo da investigação local feita para o trabalho final da disciplina ficou evidente que as irregularidades encontradas na Grande Florianópolis não eram particularidades regionais. Por isso, surgiu o desejo de elevar a investigação a nível nacional, o que foi possível com o apoio do I Edital de Jornalismo Investigativo do Fundo Brasil de Direitos Humanos.

3.1 Primeira Etapa da Apuração

A primeira tarefa foi entender exatamente o perfil das Comunidades Terapêuticas. Nosso interesse era descobrir como de fato funcionavam as mais de 2.000 entidades do tipo espalhadas, Brasil afora. Começamos¹ com a busca de levantamentos e dados governamentais que apresentassem em dimensão nacional o perfil das entidades. Havia então a hipótese de que o governo manteria algum tipo de registro detalhado sobre Comunidades Terapêuticas, já que desde o ano de 2013 elas compunham as políticas públicas federais voltadas ao tratamento do uso de álcool de álcool e outras drogas.

No entanto, percebemos que nenhuma instância governamental possuía dados consolidados sobre essas entidades. Através de múltiplos pedidos, feitos via Lei de Acesso à Informação (LAI), obtivemos tabelas diversas, desatualizadas, que não apresentavam dados conclusivos sobre o funcionamento, modelo terapêutico oferecido ou número de vagas disponível para usuários de drogas.

Em paralelo fomos atrás de todo tipo de pesquisa já publicada sobre o assunto e encontramos um levantamento feito pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2015, que traçava o perfil das comunidades terapêuticas. Apesar de ser um material rico em detalhes, que foi bastante útil para um primeiro olhar, ainda era necessário um exame mais profundo para que entendêssemos de fato o que são, como atuam e o que querem essas entidades que cada vez recebem mais investimentos públicos.

Como os dados gerais coletados com metodologia confiável não elucidavam diversos pontos percebemos que a estratégia possível para ter uma visão geral das Comunidades Terapêuticas brasileiras seria a entrevista. Com muitas e diversas fontes. Afinal, precisávamos traçar minimamente um diagnóstico próprio sobre o tratamento ofertado, no país, para saber onde seria importante apurar *in loco*.

Para isso, mapeamos os principais atores envolvidos no assunto: donos de comunidades terapêuticas poderosas, políticos que fizeram carreira defendendo essas entidades, pesquisadores focados em tratamento de drogas, lideranças das confederações de comunidades terapêuticas, profissionais dos Conselhos Federais de Psicologia e Serviço Social, peritos do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura que haviam inspecionado entidades do tipo, procuradores da República responsáveis por inquéritos civis sobre Comunidades Terapêuticas, dentre outros. Examinamos contas no Facebook e LinkedIn, sites institucionais e publicações relacionadas a esses atores. Criamos um banco de dados com seus nomes, pequeno resumo pessoal, relações políticas e afins curiosos que conseguimos captar. E partimos para as entrevistas. Durante essas conversas, que nomeamos *entrevistas diagnósticas* e fizemos via Skype/telefone, descobrimos os caminhos que guiaram nossa investigação ao vivo.

Em paralelo às entrevistas diagnósticas começamos a sondar o financiamento público destinado às comunidades. Via Lei de Acesso à Informação e plataforma SigaBrasil, levantamos todos os repasses e contratos assinados entre a Secretaria Nacional de Política de Drogas (SENAD) e Comunidades Terapêuticas, entre 2013 e 2018. Reunimos, tabulamos e organizamos tabelas com o volume e destinação dos investimentos.

O levantamento nos mostrou, por exemplo, as campeãs de financiamento federal. Nos indicou a localização dos investimentos, o número de vagas financiadas e a partir dos CNPJs das clínicas foi possível comprovar seus proprietários.

Desde o início sabíamos³ que precisávamos entender duas coisas centrais: qual o caminho do dinheiro que alimentava as Comunidades Terapêuticas espalhadas pelo país e que tipo de terapia era entregue aos pacientes a partir dessa verba? Como havíamos recebido apoio financeiro do Fundo Brasil para fazer a investigação à nível nacional, precisávamos conhecer bem o contexto geral para focar esforços de apuração em locais precisamente representativos.

A partir das entrevistas diagnósticas e leituras de publicações, conseguimos entender e checar quais os denominadores comuns que uniam as diversas entidades. Seja no interior do Piauí ou nas periferias de Porto Alegre, entendemos que a maioria das comunidades terapêuticas mantinha os internos em regime de isolamento (poucas visitas e geralmente monitoradas), focava na abstinência e oferecia a via espiritual – majoritariamente cristã – acompanhada de laborterapia como principal ferramenta para a “cura dos vícios”. Percebemos que, no geral, as entidades financiadas pela instância federal recebiam também verbas estaduais e municipais.

Com a visão geral definimos nossas pautas e angulações. Escolhemos investigar: a) exploração do trabalho de internos e os abusos escondidos sob o manto da “laborterapia”; b) violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente em internações; c) torturas; d) hipótese de lobby das comunidades terapêuticas junto ao Executivo e Legislativo federal.

3.2 Segunda Etapa da Apuração

No presente artigo, para reflexão sobre métodos e técnicas de investigação, relatamos três reportagens publicadas, da série de cinco que nasceu na disciplina de Jornalismo Investigativo. São elas: *Nem cadeia tem isso*; *Clínica de dependentes usa internos para fabricar e lucrar com bebida* e *A vida dos internos em comunidades terapêuticas é pular de inferno em inferno*. A primeira base de dados para essas matérias foi a mesma: pré apuração geral descrita acima. Depois, cada reportagem foi fruto de investigações específicas.

A reportagem em vídeo e texto “Nem cadeia tem isso”, mostra as torturas e maus tratos a que 73 internos eram submetidos na comunidade terapêutica *Centradeq-Credeq*, localizada nos arredores de Belo Horizonte. Relatamos como adolescentes e adultos sofriam violências cotidianas na entidade que recebia verbas de seis municípios mineiros e havia sido selecionada recentemente para estabelecer convênio com a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas. Pudemos comprovar as violações de direitos humanos *in loco*, acompanhando uma inspeção

³ Plural referente às jornalistas que elaboraram as reportagens: Clarissa Levy e Thaís Ferraz.

surpresa protagonizada por Ministério Público Federal e profissionais de saúde mental do município onde funcionava a clínica irregular, Lagoa Santa.

Chegamos até a *Centradeq* após cinco meses buscando flagras irrefutáveis de violências em entidades que recebesse verbas públicas. Após a pré-apuração sabíamos que violações sérias eram uma realidade frequente em clínicas conveniadas com o Estado, mas encontrar histórias checáveis e com alto valor jornalístico era um desafio. Por mais que estivéssemos há meses unindo informações e fazendo visitas às entidades, estava difícil captar materiais espontâneos, genuínos – almejávamos um flagra.

A partir de relatórios de fiscalização em comunidades terapêuticas publicados pelo Conselho Federal de Psicologia e Ministério Público Federal, em 2011 e 2017, procuramos contato com as pessoas que tinham feito as inspeções locais – em sua maioria, profissionais dos serviços públicos de atenção básica nas áreas de psicologia ou serviço social. Estabelecemos um canal de diálogo com várias dessas profissionais e assim conseguimos ter uma noção mais local sobre o que chegava de denúncias contra comunidades terapêuticas em ao menos quatro estados diferentes. Essas fontes nos repassaram diversas pequenas denúncias que nos levavam a vários começos de apurações.

O processo ocorria, nessa etapa, assim: a fonte contava o que ouviu sobre uma violência na Clínica X da cidade Y. Perguntávamos para mais pessoas, pesquisávamos informações na internet e nos nossos bancos de dados. Em seguida, em muitos casos, a história não se confirmava exatamente ou a clínica não recebia mais verbas públicas ou não parecia viável checar os fatos relatados. Arquivávamos essas informações para um momento em que poderiam ser úteis e seguíamos à procura de um caso flagrante em clínicas financiadas com recursos do Estado.

Assim chegamos à *Centradeq-Credeq*, a partir de uma fonte que já havia sido entrevistada e com a qual nutríamos contato periódico. Certo dia ela nos informou que o Ministério Público iria inspecionar uma entidade denunciada por torturas. Então, articulamos a autorização para participar da inspeção e organizamos a viagem para Minas Gerais. Pesquisamos os proprietários, convênios públicos e redes sociais de pessoas relacionadas à comunidade terapêutica denunciada. Encontramos, nas tabelas de repasses que havíamos montado na pré-apuração, que recentemente a Secretaria Nacional de Políticas de Drogas havia habilitado a entidade para receber verbas federais. Era o caso ideal.

Consideramos que foi o acesso às fontes locais – cotidianamente envolvidas em nossa pauta – e o estabelecimento de uma relação repórter-fonte de confiança que nos garantiu o acesso à inspeção que reportamos. Chegamos nessas fontes estratégicas após larga pré-

apuração. Mas, uma particularidade interessante desse processo é que, para produzir a reportagem flagrante que almejávamos, não bastaria individualmente, através de investigações nossas, descobrir e checar a história. Queríamos captar em vídeo o local, as pessoas, e o máximo de elementos visuais que comprovasse as violações. Por isso, apesar de individualmente termos registrado denúncias de maus-tratos em diversas entidades, seguíamos à procura da possibilidade de gravar elementos visuais.

Nesse caso, para além de ouvir relatos, tentar checar falas com terceiros e procurar documentos, precisávamos encontrar tudo isso *ao vivo*, para captar em audiovisual. Assim, a metodologia investigativa que havíamos estabelecido comportava além das esperadas práticas de checagem também a atenção às demandas audiovisuais para produção da narrativa.

O maior desafio para produção dessa reportagem foi chegar até a história e garantir a captação de material suficiente para contá-la não apenas em texto. A extensa pré-apuração que nos assegurou a rede de fontes e o conhecimento sobre o caminho do dinheiro público foram cruciais para que pudéssemos, no momento da inspeção, extrair os elementos necessários para mostrar que, infelizmente, a realidade de violações de direitos retratado na *Centradeq-Credeq* não é uma exceção.

Por trás do momento do flagra, que consistia na parte singular da nossa narrativa, havíamos apurado o contexto que envolvia nosso caso local, as particularidades e universalidades que o permeiam. Em nossas cabeças e anotações, a construção da narrativa que queríamos era guiada pela formulação teórico-prática desenvolvida por Genro Filho (1987). O processo de produção dessas reportagens é atravessado pelas reflexões teóricas que marcaram a graduação das autoras. Como uma boa síntese das inspirações que guiaram toda a investigação relembro um trecho escrito por Felipe Pontes e Francisco Karam, em artigo que discute a contribuição do teórico:

Genro Filho está interessado em perceber como essa *singularidade jornalística* opera em um contexto particular e universal dado, o Capitalismo, e como a prática do jornalista predispõe um agir dialético capaz de contextualizar e demonstrar as contradições que permeiam a emersão dos fatos e de apontar possíveis saídas para que a mudança aconteça (PONTES, 2009).

Seguindo nessa linha, não focamos tão somente no flagra. Quando montamos as tabelas com o crescente investimento federal nas comunidades terapêuticas não limitamos nossa pesquisa aos cifrões. A análise dos convênios federais foi o ponto inicial para investigarmos as relações entre proprietários de comunidades e o poder público. Em pesquisas no Facebook encontramos divulgação com fotos de mais de 28 encontros de lideranças de comunidades terapêuticas com altos cargos do executivo e também deputados e senadores, só em 2018.

Seguimos analisando postagens e percebemos que o trânsito dos representantes das Federações de Comunidades Terapêuticas era intenso em Brasília. Em entrevistas, fontes confirmaram nossa hipótese: as entidades articulavam na capital federal o aumento de financiamento e mudanças nas políticas a seu favor.

Foi esse processo de análise que nos levou a ampliar a investigação e redigir as suítes. Em uma, exploramos as histórias do que a interdição de uma comunidade terapêutica irregular – como aconteceu com a *Centradeq-Credeq* – é só um pequeno pedaço da sequência de violações de direitos humanos financiada pelo Estado na vida de adolescentes. Para essa reportagem, traçamos o histórico de internações de um jovem de 15 anos que foi resgatado da *Centradeq-Credeq*. Descobrimos os motivos das interdições de outra clínica onde esteve internado, comprovamos que o Ministério Público em convênio com a Prefeitura de seu município de origem, foram responsáveis pelas cinco internações onde o garoto teve direitos básicos desrespeitados.

Também foi a partir do olhar investigativo voltado para o contexto, particular, que nos levou à investigação do lobby das comunidades terapêuticas que operou em favor da aprovação de uma nova política de drogas, o Projeto de Lei complementar 37. Através de pesquisas nas agendas oficiais de ministros e secretários, bem como informes de fontes de Brasília, obtivemos a confirmação de que as lideranças das comunidades terapêuticas comemoravam cada vitória da política pública como recompensa ao esforço pessoal.

Em todas as reportagens, uma parte muito relevante do processo investigativo foi o momento de formulação das perguntas e hipóteses específicas – aquelas que só foram possíveis após conhecimento do campo. Assim, o estabelecimento de angulações consistentes foi uma das ferramentas chave em nossa metodologia investigativa.

Considerações Finais

Com mais de 17 anos de profissão e 700 reportagens publicadas (mais da metade como manchetes do jornal *Tribuna de Minas*, em Juiz de Fora/MG, com vários prêmios no currículo), a jornalista Daniela Arbex revela que “nunca havia pensado no processo de investigação dessa forma” (Arbex, 2012, p. 170), ou seja, como metodologia da investigação jornalística.

Este foi um dos pontos de partida do presente artigo, cuja ideia-chave foi refletir teoricamente sobre a possibilidade de sistematizarmos um conjunto de técnicas e procedimentos de investigação, que possam servir de fundamentos metodológicos da reportagem investigativa.

Nesse sentido, buscamos aqui aliar uma breve revisão de literatura com o relato e reflexões decorrentes da série de reportagens sobre as comunidades terapêuticas (supostos centros de tratamento para dependentes químicos, que se apresentam como novos hospícios), que vem sendo publicada desde dezembro de 2018.

Os pesquisadores e profissionais aqui citados e/ou entrevistados convergem quanto à importância de se buscar permanente reflexão e refinamento dessas técnicas de investigação jornalística, na perspectiva de constituirmos, na prática profissional, um conjunto de procedimentos metodológicos. Evidentemente, há uma ressalva importante a ser resgatada, nesse sentido: não buscamos uma receita de “sucesso”, nem “auto-ajuda” ou ainda um “manual de segredos” como critica Arbex (2012, p. 176):

Recentemente, li na internet que uma importante editora do país estava lançando um curso de jornalismo com o tema “Os segredos da investigação jornalística”. Achei engraçado, porque dá a impressão de que, revelados os segredos, a investigação flui, anda sozinha. Mas aí vai uma má notícia. A investigação jornalística necessita técnica, sim, porém a transpiração é 90% do processo. Na prática investigar exige profunda dedicação do repórter, muita persistência para vencer adversidades e a falta de recursos, além de um bocado de talento.

Na série de reportagens aqui descritas e comentadas, base empírica fundamental desta breve reflexão sobre a metodologia da investigação jornalística, a questão se apresentou de diferentes formas. Ora, como desafios naturais decorrentes desse tipo de gênero; noutros momentos, como um convite à reflexão sobre quais caminhos (técnicas, procedimentos de apuração) adotar para desvendar e revelar as violações dos direitos humanos e o mau uso do dinheiro público, na prática um crime cometido contra o regramento jurídico vigente no país, no que se refere às políticas públicas para o tratamento de saúde mental.

Um aspecto da metodologia de investigação jornalística que chama atenção no processo de produção das reportagens relatadas é a etapa preparatória – que chamamos de pré-apuração – responsável por nutrir e ser bússola para os rumos que a reportagem vai assumindo. Em apurações de longo prazo e com amplo espaço de análise – como no caso em que o objetivo era reportar uma dimensão nacional do problema das comunidades terapêuticas – a solidez da primeira etapa foi crucial.

Ao longo da imersão *in loco* surgiram novos desafios. Alguns relacionados à necessidade de captação audiovisual, outros da ordem investigativa esperada: pessoas e instituições tentando esconder práticas irregulares. Nessas situações, o que manteve a reportagem “no prumo” foi a clareza de objetivos e angulações estabelecidas. Quando uma fonte desistia de falar ou um dado era negado pelas instâncias governamentais, por termos um

conhecimento aprofundado do campo, sabíamos, pelo menos onde buscar outras alternativas para conseguir as informações.

Evidente que não existem receitas mágicas exatas de como se investigar uma ou outra pauta. Esse artigo é resultado, no entanto, de um esforço conjunto de relatar e refletir sobre processos de jornalismo investigativo porque, a partir da contemplação sistemática, surgem contribuições. Esta é a nossa.

Referências

- ALBERTI, James. Um pouco de sol para o Paraná. In **Reportagem, pesquisa e investigação**. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel. Florianópolis: Insular, 2012.
- ARBEX, Daniela. Métodos de pesquisa e investigação. In **Reportagem, pesquisa e investigação**. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs.). Florianópolis: Insular, 2012.
- BURGH, Hugo de. **Jornalismo Investigativo: Contexto e prática**. São Paulo: Roca, 2008.
- CHRISFOTOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs). **Jornalismo investigativo e pesquisa científica**. Florianópolis: Insular, 2011.
- CHRISFOTOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs). **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- PONTES, Felipe Simões; KARAM, Francisco José. **A pertinência da categoria singularidade de Adelmo Genro Filho para os estudos teóricos em jornalismo**. Estudos em Comunicação n.6, 147-165. 2009.
- NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: O fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.
- SALAMANCA, Nathalia; SIERRA, Jorge Luis; HERTAS, Carlos Eduardo. **El periodista de investigación latinoamericano en la era digital**. E-book publicado pelo International Center for Journalists (ICFJ), em parceria com a Plataforma Periodística para las Américas (CONNECTAS), em agosto de 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2NndJ15>, acessado em março de 2019.
- VASCONCELOS, Frederico. **Anatomia da Reportagem**. São Paulo: Publifolha, 2008.